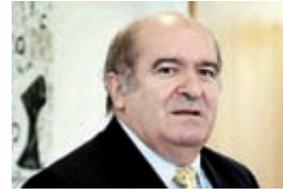




Paula Nunes

ANÁLISE

Apostar no “cavalo” errado



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

É comum em política confundir-se convicção com teimosia. Nada mais errado. O ministro das Finanças é um caso concreto de obstinação pura relativamente a seguir esta receita da austeridade acrítica. Só agora, após um longo coro de apelos vindo de praticamente todos os quadrantes da sociedade, é que Vítor Gaspar anunciou formalmente ter pedido mais tempo a Bruxelas para Portugal pagar o resgate. Sinal de fraqueza do ministro? Não, necessidade absoluta para cumprir o objetivo imaculado que o Governo traçou: regressar aos mercados. Custe o que custar, nem que para isso tenha sido necessário deixar o país literalmente em “escombros”. Foi nesse “cavalo” que o Governo apostou e conseguiu esse “sacrossanto” objetivo. Utilizando uma linguagem bélica, venceu-se uma batalha, mas a guerra está muito longe de ser ganha.

Com honestidade, não é possível negar a importância de regressar aos mercados este ano, mesmo antes do tempo inicialmente estimado. Mas o dracónico e doloroso ajuste orçamental a que todos os portugueses estão a ser sujeitos faz com que esta conquista seja interiorizada com um certo sabor a fel.

O pior é que, enquanto o Governo se concentra, única e exclusivamente, na frente externa, deixa os portugueses sem esperança enredados na teia da austeridade, com a gestão financeira das suas vidas pessoais fortemente limitada.

O processo de pagamento dos 13.º e 14.º mês em duodécimos é a antecâmara do que se estima pode vir a ser a eliminação pura e simples do pagamento de subsídios. No pico do Verão, em junho e julho, é que os portugueses vão dar conta da ilusão que constitui este pagamento faseado dos subsídios. O dinheiro que era disciplinadamente destinado para o pagamento de seguros, obras em casa ou pequenos períodos de férias vai deixar de existir. Na prática, trata-se de mais um desincentivo à tão apregoada poupança. Os hábitos enraizados de anos e anos têm os dias contados.

Apostou-se tudo no “cavalo” dos mercados, para deixar tudo o resto à deriva. O consumo privado está moribundo, o desemprego nas nuvens e, natural-

mente, a execução fiscal a fraquejar. O menosprezo pela dinâmica do consumo e dos consumidores, bem como a importância das empresas no tecido social é, no mínimo, revelador de insensibilidade. Confiar que empresas e cidadãos vão fazer todos os meses um milagre nas suas tesourarias e orçamentos domésticos é um ato de fé.

As empresas estão nas lonas, sem financiamento bancários, em constantes malabarismos para não despedir pessoal. Conheço empresas que, há quatro ou cinco anos, eram à prova de crise, e que agora estão a saldar as dívidas aos seus fornecedores num prazo entre 120 e 150 dias.

Medidas concretas para reanimar as empresas, só após as conclusões da Comissão para a Reforma do IRC, esperadas para final do ano. A proposta do ministro da Economia de reduzir para 10% este imposto para todas as empresas foi um “nado morto”.

A animação económica é uma miragem. O processo doloroso de ajustamento orçamental, assente numa incompreensível e obsessiva taxaço sobre as pessoas, deixando praticamente incólume o rendimento do capital, está a deixar muitas vítimas a sofrer em silêncio. A isto o Governo “responde”, com uma espécie de “entre mortos e feridos, alguém há-de escapar...”.

A contestação social atravessa uma fase de estranha letargia. A sociedade civil permanece imóvel e até os sindicatos estão em suspenso pela decisão do Tribunal Constitucional. Sem agenda para o crescimento, a bolha social vai continuar a insuflar, até rebentar, com inevitáveis estilhaços políticos. Será que os mercados valem tudo isso? ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico

Sem agenda para o crescimento, a bolha social vai continuar a insuflar, até rebentar, com inevitáveis estilhaços políticos. Será que os mercados valem tudo isso?



está acima da meta do FMI

mico”. Além disso, o FMI lembra alguns riscos para o rácio da dívida. Uma eventual integração na dívida de responsabilidades contingentes das empresas públicas que estão fora do perímetro da consolidação do défice e o impacto do elevado endividamento das empresas do sector não financeiro na dívida da República, através do sistema financeiro, são alguns dos riscos identificados.

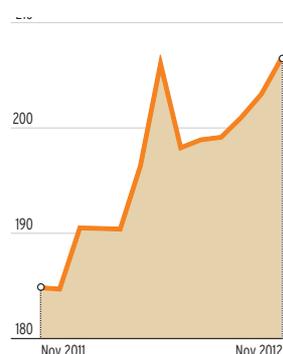
A possibilidade de as contas das empresas do Estado virem a penalizar as contas públicas já está a levar o Governo a reflectir sobre o processo de fusão das empresas de transporte. Ontem, o jornal Público adiantava que o Governo está a reavaliar esse processo por causa do impacto na dívida e no défice. Em causa está a fusão da Carris com a Metro de Lisboa e da Metro do Porto com a STCP. É que os metros já estão nas contas públicas, mas a Carris e a STCP não. O processo de fusão podia obrigar o Estado a assumir os passivos destas empresas, que em Junho já chegava a 1,1 mil milhões de euros, penalizando as contas públicas.

No relatório do Orçamento do Estado, a equipa do Ministério das

Finanças também identificou a actividade das empresas públicas como um risco para a execução do Orçamento deste ano, podendo existir a possibilidade de uma reclassificação de empresas para dentro do perímetro das administrações públicas, se se verificar

DÍVIDA PÚBLICA ATINGIU OS 206,6 MIL MILHÕES

No espaço de 12 meses, a dívida pública cresceu 21,8 mil milhões de euros.



Valores em milhares de milhões de euros
Fonte: Banco de Portugal

que as empresas dependem do accionista público em função do elevado endividamento bancário e apresentam dificuldades de acesso aos mercados financeiros.

O rácio da dívida pública divulgado pelo Banco de Portugal é apurado na perspectiva de Maastricht e trata-se de um critério mais lato do que a dívida revelada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP). Esta última mede apenas a dívida emitida pelo Estado – ainda ontem ocorreu um operação de emissão de Obrigações do Tesouro a cinco anos –, enquanto a dívida de Maastricht engloba toda a dívida contraída pelas entidades do Sector Público Administrativo (SPA) e consolidada para evitar a contabilização de dívidas entre entidades das administrações públicas.

A dívida calculada no âmbito do PAEF ajusta a dívida apurada na óptica de Maastricht de determinadas operações, como por exemplo, a dívida contraída para efeitos de recapitalização da banca. O valor oficial da dívida na óptica de Maastricht é conhecido em Março, quando Portugal enviar o reporte dos défices excessivos. ■